

Sercomtel Contact Center S.A.

Demonstrações contábeis em

31 de Dezembro de 2019 e

Relatório dos auditores independentes

SUMÁRIO

	<i>Página</i>
<i>Relatório sobre a Revisão de Informações Contábeis Intermediárias.....</i>	<i>03</i>
<i>Balanço Patrimonial - Ativo</i>	<i>06</i>
<i>Balanço Patrimonial - Passivo e Patrimônio Líquido.....</i>	<i>07</i>
<i>Demonstração dos Resultados dos Períodos.....</i>	<i>08</i>
<i>Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....</i>	<i>09</i>
<i>Demonstração dos Fluxos de Caixa.....</i>	<i>10</i>
<i>Demonstração do Valor Adicionado</i>	<i>11</i>
<i>Notas Explicativas.....</i>	<i>12</i>



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos Acionistas e Administradores da
Sercomtel Contact Center S.A.
Londrina-PR

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **Sercomtel Contact Center S.A.**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Sercomtel Contact Center S.A.**, em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, apresentadas para fins de comparação, foram por nós auditadas. Nosso relatório foi emitido em 11 de janeiro de 2019, contendo parágrafo sobre a incerteza na continuidade operacional da Companhia. Tendo em vista a alienação de 80,4% das ações mantidas pela então controladora Sercomtel S.A. Telecomunicações, sendo 39,7% ao Município de Londrina e 40,7% à Sercomtel Iluminação S.A. (controlada do Município de Londrina), tal parágrafo não é mais requerido.

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a

formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais tomadas em conjunto

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Maringá, 17 de janeiro de 2020.

BEZ Auditores Independentes S/S
CRC PR 5.010/O-2



Valdemir Bez
Contador CRC PR 037.262/O-2

Sercomtel Contact Center S.A.

Balço Patrimonial - Ativo
(Em Milhares de Reais)

	Nota	31/12/19	31/12/18
CIRCULANTE		4.082	5.774
Caixa e equivalentes de caixa	4	813	2.832
Contas a receber	5	2.924	2.383
Impostos e contribuiões a recuperar	6	1	121
Adiantamentos		300	421
Estoques		12	10
Despesas antecipadas		32	7
NÃO CIRCULANTE		7.586	5.077
Contas a receber	5	3.015	-
Depósitos judiciais	8	178	113
Imobilizado	9	4.378	4.925
Intangível	10	15	39
		11.668	10.851

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Sercomtel Contact Center S.A.

Balanço Patrimonial – Passivo e Patrimônio Líquido
(Em Milhares de Reais)

	Nota	31/12/19	31/12/18
CIRCULANTE		4.256	4.216
Obrigações sociais		1.627	1.636
Fornecedores		1.772	1.803
Obrigações fiscais		166	153
Utilidades e serviços a pagar		439	371
Outras Contas a Pagar	11	252	253
NÃO CIRCULANTE		2.079	3.491
Impostos parcelados	12	35	1.454
Provisão para contingências	13	2.044	2.037
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	14	5.333	3.144
Capital social		37.591	37.591
Prejuízos acumulados		(32.258)	(34.447)
		11.668	10.851

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Sercomtel Contact Center S.A.

Demonstração do Resultado do Exercício
(Em Milhares de Reais)

	<u>31/12/19</u>	<u>31/12/18</u>
Receita bruta de serviços prestados	20.254	18.760
Deduções da receita	(1.470)	(1.346)
Receita operacional líquida	18.784	17.414
Custo dos serviços prestados	(14.425)	(13.223)
Resultado bruto	4.359	4.191
Despesas operacionais	(3.504)	(3.024)
Despesas gerais e administrativas	(3.528)	(3.186)
Outras receitas (despesas) operacionais	24	162
Resultado operacional antes do resultado financeiro	855	1.167
Resultado financeiro	759	272
Lucro antes do Imposto Renda e Contribuição Social	1.614	1.439
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	827	(14)
Provisão para Imposto de Renda	(250)	(187)
Provisão para Contribuição Social	(100)	(78)
Provisão IRPJ Diferido	15	251
Lucro antes Participações s/ Lucro	2.441	1.425
Participações de Empregados	11	(253)
Lucro líquido	<u>2.189</u>	<u>1.172</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Sercomtel Contact Center S.A.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
(Em Milhares de Reais)

	<u>Capital Social</u>	<u>Prejuízos Acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	37.591	(35.619)	1.972
Lucro líquido do período	-	1.172	1.172
Saldo em 31 de dezembro de 2018	37.591	(34.447)	3.144
Lucro líquido do período	-	2.189	2.189
Saldos em 31 de dezembro de 2019	<u>37.591</u>	<u>(32.258)</u>	<u>5.333</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Sercomtel Contact Center S.A.

Demonstração dos Fluxos de Caixa (método indireto)
(Em Milhares de Reais)

	<u>31/12/19</u>	<u>31/12/18</u>
Atividades Operacionais		
Resultado líquido do exercício	2.189	1.172
Ajustes por:		
Depreciação e amortização	804	757
Provisão para contingências	116	16
Reversão da provisão para contingências	(109)	(126)
	<u>3.000</u>	<u>1.819</u>
Variações no ativo		
(Aumento) Redução em contas a receber de serviços	(3.556)	(740)
(Aumento) Redução em estoques	(2)	23
(Aumento) Redução em outros créditos	150	43
	<u>(3.408)</u>	<u>(674)</u>
Variações no passivo		
Aumento (Redução) em fornecedores	(31)	(541)
Aumento (Redução) em Obrigações sociais	(9)	10
Aumento (Redução) em Obrigações fiscais	(1.406)	(317)
Aumento (Redução) em outras contas a pagar	67	272
	<u>(1.379)</u>	<u>(576)</u>
Total das atividades operacionais	<u>(1.787)</u>	<u>569</u>
Atividades de Investimento		
Aquisição de imobilizado	(232)	(668)
Total das atividades de investimentos	<u>(232)</u>	<u>(668)</u>
Diminuição de caixa e equivalentes de caixa	(2.019)	(99)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	2.832	2.931
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	813	2.832
Varição no caixa e equivalentes de caixa	<u>(2.019)</u>	<u>(99)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Sercomtel Contact Center S.A.

Demonstração do Valor Adicionado
(Em Milhares de Reais)

	<u>31/12/19</u>	<u>31/12/18</u>
RECEITAS		
Receita de mercadorias, produtos e serviços	20.254	18.760
	20.254	18.760
(-) INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
Material e serviços de terceiros	(2.701)	(1.363)
	(2.701)	(1.363)
(=) VALOR ADICIONADO BRUTO	17.553	17.397
(-) QUOTAS DE REINTEGRAÇÃO		
Depreciação e amortização	(804)	(757)
(=) VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	16.749	16.640
(+) VALOR ADICIONADO TRANSFERIDO		
Receitas financeiras	849	282
Resultado Compensação Prejuízo Fiscal homologado RFB	1.177	-
	2.026	282
(=) VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	18.775	16.922
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO:	18.775	16.922
PESSOAL E ENCARGOS		
Remuneração direta	8.798	8.329
Honorários da administração	307	533
Benefícios	3.085	3.075
FGTS	685	665
	12.875	12.602
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES		
Federais	2.445	2.029
Municipais	427	394
	2.872	2.423
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS DE TERCEIROS		
Juros e variações cambiais	413	428
Aluguéis	426	297
	839	725
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS PRÓPRIOS		
Lucros retidos	2.189	1.172

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A companhia é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 1999, com sede em Londrina-PR.

A companhia tem por objetivo a projeção, implantação, operação e manutenção de centrais de atendimento no Brasil e no exterior, bem como a comercialização de tais serviços, o estabelecimento de parcerias para o fornecimento de serviços de valor agregado, a participação em associações ou empreendimentos relacionados a seu objeto social, e o desenvolvimento e implantação de projetos de CRM - *Customer Relation Management*, voltados ao gerenciamento de relacionamento de clientes.

Através da 34ª Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 01 de julho de 2015, os acionistas declararam prescritas as ações subscritas e não integralizadas, de titularidade da Atende Bem - Soluções de Atendimento, Informação, Comunicação e Informática Ltda., baseados na ação de execução de título extrajudicial, transitada em julgado, em 29 de abril de 2014, uma vez que esta se retirou do controle administrativo sem que tivesse efetuado a totalidade da integralização de capital devido. Estas foram transferidas para Ações em Tesouraria para possíveis alienações pelo prazo máximo de doze meses.

Na 38ª Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 01 de julho de 2016, findado o prazo de alienação e sem adquirentes, o capital social subscrito foi reduzido para a soma do capital efetivamente integralizado.

Em 2019 a Companhia passou por mudança acionária significativa. Após a aprovação da Lei nº 12.912/19, pelo Município de Londrina, publicada no Diário Oficial do Município dia 16 de setembro de 2019, ficou autorizada a compra das ações da Sercomtel Contact Center S.A. pelo Município.

Na sequência, em 18 de outubro de 2019, por meio da ata da 177ª Reunião do Conselho de Administração, foi aprovada a alienação de ações para o Município de Londrina e para a Sercomtel Iluminação S.A.

Em 27 de dezembro de 2019, foi realizada a 53ª Assembleia Geral Extraordinária, onde se aprovou a nova composição acionária depois de efetivados os pagamentos relativos às alienações, realizados pelo Município de Londrina e pela Sercomtel Iluminação S.A, em 12 e 14 de novembro de 2019, respectivamente. Nesta AGE também foi aprovada a alteração do nome fantasia para Companhia de Tecnologia e Desenvolvimento S.A e autorizada a transformação em sociedade de economia mista, conforme caput do art. 1C da Lei nº 12.912/2019. A alteração deverá ocorrer junto aos órgãos fiscalizadores no decorrer de 2020, tendo em vista que esta ata se encontra em fase de registro na Junta Comercial do Paraná.

A Companhia adota o regime público de gestão nas aquisições e contratações de mão-de-obra, através do qual a administração mantém metas de racionalização de custos e obtenção de níveis adequados de rentabilidade e geração de recursos das suas operações.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis, bem como as correspondentes notas explicativas, foram elaboradas considerando o pressuposto da continuidade operacional da sociedade e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as normas emitidas pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas são:

a) *Apresentação das demonstrações contábeis*

Os ativos e passivos são classificados como circulante quando sua realização ou liquidação ocorrer nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

b) *Apuração do resultado*

O resultado é apurado pelo regime de competência para apropriação de receitas, custos e despesas.

c) *Mensuração da receita*

O CPC 47/IFRS 15 – Receita de Contrato com Clientes estabelece que uma entidade deve reconhecer a receita para representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

A norma introduziu um modelo para o reconhecimento da receita, que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato; e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Em suma, pelos novos requisitos, a entidade reconhece a receita somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de determinada operação são efetivamente transferidos ao cliente.

Não foi apurado efeito significativo no balanço patrimonial da Companhia decorrente de ajustes por aplicação do CPC 47. No decorrer do exercício serão avaliados possíveis efeitos adicionais decorrentes da aplicação deste CPC.

d) *Caixa e equivalente de caixa*

Incluem os montantes de caixa, fundos disponíveis em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediata, demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos líquidos de impostos auferidos até a data do balanço, que estão sujeitas a risco insignificante de mudança de seu valor.

e) *Contas a receber de clientes*

São apresentadas pelo valor de realização. A sociedade constitui provisão para crédito de liquidação duvidosa para valores cuja recuperação é considerada remota, em montante considerado suficiente pela administração.

f) *Demais ativos circulantes e não circulantes*

Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, as variações monetárias auferidas e a provisão para perdas.

g) *Estimativas contábeis*

A preparação de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração se baseie em estimativas para o registro de certas transações. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados. A companhia revisa periodicamente essas estimativas e premissas.

h) *Demais passivos circulantes e não circulantes*

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

4. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

	<u>31/12/19</u>	<u>31/12/18</u>
Bancos conta movimento	132	1
Aplicações financeiras	681	2.831
	<u>813</u>	<u>2.832</u>

A Companhia considera como equivalentes de caixa os saldos de caixa, bancos e aplicações financeiras de liquidez imediata. As aplicações financeiras referem-se a investimentos em Certificado de Depósito Bancário (CDB), remunerados com base na variação da taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários (97,5% do CDI), são mantidas em instituições financeiras de primeira linha.

5. CONTAS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2019 o saldo de contas a receber está apresentado da seguinte forma:

	<u>31/12/19</u>	<u>31/12/18</u>
Clientes - prestação de serviços - Circulante	2.924	2.383
Clientes - prestação de serviços - Não circulante	3.015	-
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-
	<u>5.939</u>	<u>2.383</u>

Em 18 de dezembro de 2019 foi firmado Termo de Confissão de Dívida e Parcelamento com o cliente Sercomtel S.A Telecomunicações, no qual o montante vencido, acrescido de juros de mora, foi renegociado para recebimento em 36 parcelas. As parcelas serão corrigidas monetariamente entre a data do acordo e as datas dos respectivos pagamentos. Em 31 de dezembro de 2019 restavam 35 parcelas a receber, estando 12 parcelas classificadas no ativo circulante e o restante no ativo não circulante.

6. IMPOSTOS A RECUPERAR

	<u>31/12/19</u>	<u>31/12/18</u>
Imposto de renda e contribuição social 2009 ¹	-	120
Outros	1	1
	<u>1</u>	<u>121</u>

Os créditos tributários gerados a partir de prejuízos fiscais, base negativas e diferenças temporárias detidos pela companhia, serão compensados com impostos sobre lucros futuros.

¹ Processos Fiscais do pedido de restituição de crédito de Imposto de Renda e Contribuição Social do ano-base 2009, o qual se encontrava em análise pela RFB e tiveram julgamento no terceiro trimestre de 2019, tendo decisão pelo indeferimento do crédito pleiteado. Em consequência disso, o efeito contábil foi aplicado pela reversão dos valores a recuperar (ativo), sendo baixado este saldo contábil, como perda de processos fiscais.

7. PARTES RELACIONADAS

As transações efetuadas com a controladora Sercomtel S.A. Telecomunicações são realizadas em condições e preços normais praticados pelo mercado e estão assim demonstrados:

	<u>31/12/19</u>	<u>31/12/18</u>
Contas a receber - prestação de serviços	5.296	1.946
	-	-
	<u>5.296</u>	<u>1.946</u>
Contas a pagar - faturas telefônicas	9	2
Contas a pagar - despesas de condomínio	67	10
	<u>76</u>	<u>12</u>

Conforme mencionado na nota explicativa nº 5, o saldo de contas a receber decorrente de prestação de serviços se refere a Termo de Confissão de Dívida e Parcelamento com o cliente Sercomtel S.A Telecomunicações, no qual o montante vencido, acrescido de juros de mora, foi renegociado para recebimento em 36 parcelas, restando, em 31 de dezembro de 2019, 35 parcelas pendentes.

8. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Corresponde aos valores depositados em juízo, relativo a ações trabalhistas, realizados para execução dos recursos em outras instâncias para questionamentos de decisão proferida ou para cumprimento de despacho decisório a fim de reavaliar os valores devidos nas causas julgadas.

	<u>31/12/19</u>	<u>31/12/18</u>
Depósitos Judiciais Trabalhistas	178	113
	-	-
	<u>178</u>	<u>113</u>

Estes valores são classificados na Ativo de longo-prazo, sem previsibilidade de realização. Ocorre que é realizado um acompanhamento junto a área jurídica periodicamente referente ao andamento processual e ocorrendo perda da causa, o valor é revertido para despesa com ações trabalhistas, sendo complementado se for o caso ou, em caso de ganho da causa pela companhia, o valor do ativo é baixado conforme o crédito em conta bancária.

9. IMOBILIZADO

	Taxa anual de deprec	Saldo em 31/12/2018	Adições	Trans- ferência	Ajuste inventário	Depre- ciação	Saldo em 31/12/2019
Máquinas e equipamentos	10%	3.554	-	-	-	(525)	3.029
Móveis e utensílios	10%	162	44	-	-	(88)	118
Equipamentos de informática	20%	407	128	-	-	(119)	416
Instalações	4%	759	61	-	-	(39)	781
Veículos	20%	43	-	-	-	(9)	34
Imobilizado em curso		-	-	-	-	-	-
		<u>4.925</u>	<u>233</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(780)</u>	<u>4.378</u>
Custo do imobilizado		8.115					8.348
Depreciação acumulada		(3.190)					(3.970)
Imobilizado líquido		<u>4.925</u>					<u>4.378</u>

A Companhia revisa anualmente as vidas úteis econômicas dos bens que integram o ativo imobilizado, em conformidade com o previsto no CPC 27 - Ativo Imobilizado.

10. INTANGÍVEL

	Taxa anual de depreciação %	Saldo em 31/12/2018	Adições	Baixas	Amortização	Saldo em 31/12/2019
Software	20	39	-	-	(24)	15
Total		39	-	-	(24)	15
Custo de intangível		742				742
Amortização acumulada		(703)				(727)
Intangível líquido		39				15

Os direitos intangíveis estão representados por licenças de uso de softwares desenvolvidos por terceiros para utilização na operação, adquiridas entre 2011 e 2017.

11. OUTRAS CONTAS A PAGAR

Participação de lucros e resultados para empregados

A Companhia efetuou um acordo de participação nos resultados para funcionários que laboraram em 2019, junto ao SINTTEL – Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações do Paraná, através do documento Resolução PLR 02_2019, datado de 01 de setembro de 2019, onde foram estipuladas metas financeiras e não financeiras, sendo que o valor máximo de pagamento do PLR será de 50% do salário base da folha de pagamento referente dezembro/19, conforme cláusula quarta do referido Acordo, que reza: “Caso as metas financeiras forem atingidas, o valor base para distribuição do PLR (metas financeiras e não financeiras) fica definido em 50% da folha de pagamento. A Folha será composta do salário-base de dezembro de 2019”.

O prazo para pagamento previsto no Acordo, será:

- 50% até 31 de maio de 2020, e
- 50% até 31 de agosto de 2020. A condição do pagamento da parte restante será avaliada de acordo com o atingimento ou não das metas não financeiras (colaboradores e áreas).

12. IMPOSTOS PARCELADOS

	31/12/19	31/12/18
PIS, COFINS, IRPJ e CSLL	50	834
INSS	-	620
	50	1.454
Passivo Circulante	15	-
Passivo Não Circulante	35	1.454
	50	1.454

12.1 - Lei nº 11.941/09 / Lei nº 12.996/14

A administração aderiu aos benefícios da Lei nº 12.996/14, para parcelamento e quitação antecipada de débitos tributários federais e previdenciários em atraso, que correspondem a IRPJ, CSLL, PIS e COFINS no montante de R\$ 834 mil e INSS no montante de R\$ 620 mil. Tais benefícios compreendem reduções de multa, juros e encargos. Em razão da adesão da aludida Lei, estes débitos foram liquidados parcialmente através do pagamento em espécie e o restante com utilização de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa.

Entretanto, em razão de a Receita Federal do Brasil submeter-se a posterior consolidação e homologação dos cálculos para todos os contribuintes que aderiram a este parcelamento, o que em tese pode ter prazo de até 5 (cinco) anos, a administração optou por manter contabilizados os saldos destes débitos parcelados, ainda que liquidados na forma trazida pela legislação, até que tal consolidação fosse oficializada formalmente pelo fisco federal, situação esta que se concretizou neste ano de 2019, mais precisamente em dezembro, quando o status do parcelamento se qualificou como “encerrado por liquidação”. Diante disso, a administração autorizou a reversão dos passivos contábeis destes parcelamentos, gerando a variação significativa do saldo quando comparado ao período anterior.

12.2 - Parcelamento Ordinário - Maio/2019

Em maio de 2019, a RFB comunicou a decisão do processo fiscal que tratava de compensação de impostos com crédito fiscal. Houve o deferimento parcial da compensação, levando ao retorno dos débitos fiscais de PIS e COFINS, da competência 01/2007, que faziam parte deste processo, os quais não foram aceitos na compensação. A empresa optou pelo parcelamento ordinário em 60 vezes. O saldo em 31 de dezembro de 2019 era de R\$ 50 mil.

13. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIA

A Companhia é parte em processos cíveis e trabalhistas que estão sendo discutidas judicialmente, conforme demonstrado a seguir:

	<u>31/12/19</u>	<u>31/12/18</u>
Contingências cíveis	1.556	1.571
Contingências trabalhistas	488	466
	<u>2.044</u>	<u>2.037</u>

A Administração, com base na reavaliação da expectativa de perdas dos processos cíveis relacionados a questões contratuais, efetuada pelos seus assessores jurídicos, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as referidas perdas. As ações trabalhistas passíveis de provisão contábil estão representadas por reclamações de funcionários das operações de Londrina-PR.

Em 31 de dezembro de 2019 havia processos trabalhistas com estimativa de possível perda, conforme avaliação dos assessores jurídicos, no valor aproximado de R\$ 276 mil, ante R\$ 340 mil em 2018, compostas, em sua maioria, por ações relativas a empregados de empresas terceirizadas e enquadramento salarial, originadas, principalmente, pela operação de Londrina-PR.

Com relação aos processos cíveis, foi estimada uma possível perda de R\$ 1.719 mil e um possível ganho de R\$ 950 mil relativo, em geral, a ações relacionadas a questões contratuais.

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E CAPITAL SOCIAL

Capital Social

Em 31 de dezembro de 2019, o capital social subscrito é de R\$ 37.591 mil, representado por 37.591.295 ações com valor unitário de R\$ 1,00.

O capital subscrito está assim distribuído:

	Ações ordinárias		Ações preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Sercomtel Iluminações S.A	4.041.978	40,4	11.261.884	40,8	15.303.862	40,7
Município de Londrina	3.943.392	39,4	10.987.204	39,8	14.930.596	39,7
Sercomtel S.A. Telecomunicações	1.873.112	18,7	5.218.922	18,9	7.092.034	18,9
Atende Bem Soluções de Atendimento Ltda	142.181	1,4	122.286	0,4	264.467	0,7
Outros	320	0,0	16	0,0	336	0,0
	10.000.983	100	27.590.312	100	37.591.295	100

Em abril de 2004, a acionista Atende Bem, retirou-se do controle administrativo sem que tivesse efetuado a totalidade da integralização do capital devido. Desde então, a administração da companhia vem sendo exercida pela acionista Sercomtel S.A. Telecomunicações.

A acionista Atende Bem, por sua vez, impetrou ação requerendo o cancelamento de sua obrigação de integralizar o capital, alegando sua saída do controle da Companhia.

Na 34ª Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 01 de julho de 2015, os acionistas declararam prescritas as ações subscritas e não integralizadas da empresa Atende Bem, baseados em sentença de ação de execução de título extrajudicial, transitada em julgado em 29 de abril de 2014, a qual extinguiu o processo, suportada na decisão do Tribunal de Justiça do Paraná, que dispensou a Atende Bem de efetuar o pagamento das ações. Com isto, a administração da Companhia decidiu manter as ações não integralizadas em tesouraria.

Em 01 de julho de 2016, através da 38ª Assembleia Geral Extraordinária, foi decidido pelos acionistas pela não aquisição das ações em tesouraria. Com isso, após findado o prazo de doze meses para alienação desses títulos, conforme definido na 34ª Assembleia Geral Extraordinária, e sem que houvesse sua alienação, o capital social subscrito foi reduzido para a soma do capital efetivamente integralizado.

Em 2019 a companhia passou por mudança acionária significativa. Após a aprovação pelo Município de Londrina, da Lei nº 12.912/19, publicada no Diário Oficial do Município, em 16 de setembro de 2019, ficou autorizada a compra das ações da Sercomtel Contact Center S.A. pelo Município.

Na sequência, em 18 de outubro de 2019 foi realizada a Reunião do Conselho de Administração, onde foi aprovada, através da ata 177ª, a proposta de alienação de ações para o Município de Londrina e também para a Sercomtel Iluminação S.A.

Na sequência, em 27 de dezembro de 2019, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária, onde foi aprovada, através da ata 53ª, a nova composição acionária, haja vista os pagamentos efetivando a alienação, realizados pelo Município de Londrina e Sercomtel Iluminação S.A, em 12 e 14 de Novembro de 2019, respectivamente.

15. PREJUÍZOS FISCAIS, BASE NEGATIVA E CRÉDITO FISCAL DIFERIDO

Em 31 de dezembro de 2019, a companhia possuía prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social. Embora a Companhia tenha apresentado lucro nos exercícios de 2016 a

2019, em função da ausência de histórico de rentabilidade, os créditos fiscais estão sendo controlados, porém, não foram registrados contabilmente, pelo fato que estavam em processo de consolidação pelo órgão fiscal competente.

Por sua vez a Companhia teve seus parcelamentos homologados pela RFB, conforme já comentado na Nota explicativa 11, conseqüentemente os créditos fiscais utilizados para a liquidação destes parcelamentos foram também aceitos para a efetiva quitação dos débitos, logo, devido ausência de contabilização como já citado antes, foi feito em dezembro/2019 um lançamento de constituição do ativo diferido do crédito fiscal para utilização na baixa das contas de passivo. Em decorrência disto, o crédito como receita de crédito fiscal diferido constou na demonstração de resultados da empresa, aumentando seu lucro líquido contábil.

16. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2019, o valor contábil dos instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial, tais como disponibilidades, contas a receber e empréstimos e financiamentos, aproximam-se de seus respectivos valores de mercado. A Sociedade não contrata operações envolvendo derivativos financeiros em proteção à exposição aos riscos de mercado, moedas e taxa de juros.

17. SEGUROS

A Companhia mantém contrato de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos.